



DECLARAÇÃO CONJUNTA

Contra a municipalização, em defesa da Escola Pública e de uma verdadeira descentralização

ANDE, CNIFE, FENPROF E FNSTFPS reunidas em Viseu, na Escola Secundária Alves Martins, no dia 30 de Abril de 2018, tornam pública a presente posição conjunta contra o processo de municipalização da educação que governo e PSD apresentam sob a designação de descentralização.

1. Tal como aconteceu com o anterior Governo, o processo de alegada descentralização está a ser conduzido sem a participação dos trabalhadores docentes e não docentes, das escolas e das comunidades educativas, limitando-se a negociação ao Governo, às autarquias e a dois partidos políticos;

2. O que resulta da apreciação dos projetos do Governo que têm sido divulgados é que estaremos perante um primeiro passo que visa abrir caminho para a completa municipalização da educação, incluindo gestão das escolas e agrupamentos, concursos, seleção e tutela de pessoal docente e não docente e organização curricular, ainda que, de imediato, nem todos estes domínios sejam assumidos;

3. Fica também claro que o Governo e o PSD pretendem transferir competências para as autarquias locais, descartando o poder central de responsabilidades e justificadas insatisfações e protestos, bem como abrir espaço à contratualização e privatização de vários serviços da Escola Pública;

4. No essencial, pelo que tem vindo a ser divulgado, incluindo os projetos enviados a diversas entidades e instituições, o chamado processo de descentralização/municipalização não procede a substanciais transferências de poderes do ME e da sua estrutura político-administrativa para as autarquias;

5. O que o Governo e o PSD pretendem é a transferência de poderes de decisão dos órgãos das escolas e agrupamentos para as câmaras municipais e para as comunidades intermunicipais (vg. pequenas obras, cantinas, ação social escolar e aquisições de materiais e equipamentos);

6. É inaceitável que as decisões sobre questões como a rede escolar (por exemplo, a rede de cursos do ensino secundário e ensino profissional) passem a ser da responsabilidade das comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas, sendo evidente que essa competência terá influência direta em domínios de competências que deverão manter-se nas escolas, designadamente na sua organização curricular e no seu corpo docente;

7. Também nas escolas se deverá manter a gestão dos trabalhadores não docentes, sob tutela do Ministério da Educação, exercendo a sua atividade exclusivamente na escola a cujo quadro pertencem ou de afetação, situação que, contrariando a Lei de Bases do Sistema Educativo, deixou de ser respeitada na sequência da celebração de contratos de execução, previstos na Lei 144/2008;

8. Fica claro que a maioria das competências e responsabilidades que o Governo quer transferir para as autarquias podem, com vantagem, continuar a ser exercidas pelas escolas e agrupamentos, como são o caso das refeições e refeitórios escolares, ação social escolar, gestão do pessoal não docente, AEC, gestão de recursos educativos, aquisição de bens, planeamento e gestão dos estabelecimentos de ensino. Nestas áreas, as propostas do Governo e do PSD caminham no sentido da (re)centralização, uma vez que transfere algumas das poucas competências das escolas e agrupamentos para os órgãos municipais, acrescentando irracionalmente um novo patamar na administração do sistema educativo;

9. Refere-se amiúde a vantagem da proximidade das autarquias aos cidadãos. Ora, importa registar que, na área da educação, as escolas são a estrutura mais próxima dos alunos e das famílias, exatamente porque estas fazem parte da comunidade educativa.

10. Por último, ANDE, CNIPE, FENPROF E FNSTFPS afirmam a sua discordância em relação a qualquer processo que vise a criação de um nível supra ou intermunicipal de administração da educação, por via da intervenção das Comunidades Intermunicipais.

O que as escolas precisam é do desenvolvimento de um processo orientado para a construção da sua autonomia assente numa maior participação dos professores, trabalhadores não docentes e pais.

O presente processo de municipalização, que o Governo e o PSD designam de descentralização, está a desenvolver-se contra o que o pensamento académico, e o próprio discurso político sinalizam – a necessidade do desenvolvimento de um processo de construção da autonomia das escolas. Registe-se, também, que experiências semelhantes em outros países da Europa estão a ser progressivamente abandonadas face às perturbações introduzidas nas escolas com consequências nos próprios resultados escolares dos alunos.

ANDE, CNIPE, FENPROF e FNSTFPS apelam aos grupos parlamentares para que se oponham aos projetos que o Governo enviou à Assembleia da República e que promovam um amplo debate em torno desta matéria, tão mais importante quando o que está em causa é uma vasta reconfiguração do Estado.

ANDE, CNIPE, FENPROF e FNSTFPS propõem aos trabalhadores docentes e não docentes, às escolas e aos pais que desenvolvam as iniciativas que se mostrem adequadas no combate a este processo, rejeitando a municipalização, e aos governantes que confiem nas escolas e nos seus profissionais.

Viseu, 30 de Abril de 2018

Pel'A ANDE

Pel'A CNIPE

Pel'A FENPROF

Pel'A FNSTFPS
